

## **FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA ÁREA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: APONTAMENTOS A PARTIR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

**Adriana Costa de Miranda**

Universidade Católica de Brasília  
adrianamiranda.ucb@gmail.com

**Katia Tarouquella Rodrigues Brasil**

Universidade Católica de Brasília  
ktarouquella@gmail.com

### **Resumo**

Neste estudo é apresentada a revisão da produção científica dos últimos 15 anos na área de formação de profissionais da educação no contexto da violência sexual infantojuvenil. A revisão foi realizada de agosto de 2013 a dezembro de 2014 nas bases de dados virtuais CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, *Forum Qualitative Social Research*, Google acadêmico e Google a partir da busca por meio de 19 palavras-chaves simples ou combinadas. Ao todo foram encontradas 55 produções nos idiomas português, espanhol e inglês. A análise quanti-qualitativa do material foi feita a partir das etapas sugeridas por Bardin (2002). Políticas Públicas de educação para o enfrentamento da sexual infantojuvenil; Direitos humanos de crianças e adolescentes; Educação em sexualidade nas escolas foram os temas encontrados na análise. Conclui-se que a escola possui um papel fundamental na identificação de crianças abusadas sexualmente no âmbito doméstico ou fora dele, no entanto, os autores evidenciaram a deficiência das formações inicial e continuada recebidas pelos profissionais da educação, bem como a falta de apoio que têm provocado incertezas, apreensões, e mesmo negligência, o que não garante os direitos humanos infantojuvenis.

**Palavras-chave:** Formação; Profissionais da educação; Violência sexual infantojuvenil; Enfrentamento.



## Abstract

In this study we present the review of scientific literature of the last 15 years in the education professional training area in the context of sexual violence against children and teenagers. The review was conducted from August 2013 to December 2014 in virtual databases CAPES Journal, SCIELO, ADOLEC, Qualitative Social Research Forum, Google Scholar and Google from the search through 19 simple or combined keywords. Altogether found 55 productions in Portuguese, Spanish and English. The quantitative and qualitative analysis of the material was made from the steps suggested by Bardin (2002). Public policies of education for combating sexual violence against children and teenagers; Human rights of children and teenagers; Sexual education in schools were the themes found in the analysis. We concluded that school has a major role in identifying children sexually abused in or out of the domestic space, however, the authors highlighted the deficiency of initial and continuing training received by educational professionals, as well as the lack of support they that have caused uncertainty, apprehension, and even negligence, which does not guarantee the human rights of children and teenagers.

**Keywords:** Training; Education professionals; Sexual violence against children and teenagers; Facing.

## Introdução

O presente estudo trata das publicações realizadas no campo da produção científica sobre a formação de profissionais da educação para o enfrentamento da sexual infantojuvenil (EVSIJ). O interesse acerca destas publicações foi baseado no fato de que elas são escassas e pouco analisadas.

O Brasil, enquanto um dos países signatários de pactos e documentos internacionais (Brasil, 2013; ONU, 1989) delega aos profissionais da educação a incumbência de denunciar casos ou suspeitas de violências contra crianças e adolescentes identificados nas escolas, com a finalidade de protegê-los integralmente, de promover e garantir os seus direitos.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002) da Organização Mundial de Saúde trata a violência sexual como um problema mundial de saúde



pública por atingir milhões de pessoas, conforme a Organização Não Governamental Plano Internacional (2013), essa violência atinge mais de 200 milhões de crianças, sendo 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos. Quase metade das agressões sexuais é contra meninas menores de 16 anos que sofrem consequências, a curto e longo prazo, podendo ter a sua saúde mental e/ou física atingidas, comportamentos suicidas e ostracismo social, bem como gravidez indesejada (OMS, 2002).

Além dos impactos individuais, familiares e sociais da violência sexual, a OMS (2002) aponta para os impactos econômicos relativos ao tratamento das vítimas dessa violência e para os gastos públicos provenientes do fracasso e da evasão escolar desses estudantes, uma vez que o trauma provocado por essa violência afeta largamente a concentração e a aprendizagem levando ao isolamento social e familiar e às situações de evasão escolar (Volett, 2012). Em sua pesquisa com professores, Martins (2007), assinalou que em 90% dos casos de relatos de violência, as crianças saíram da escola. O autor acrescenta ainda que apenas 7% das notificações são feitas por diretores das escolas. De modo que esta situação evidencia o pouco envolvimento dos profissionais da educação com essa problemática e, que o abandono escolar de crianças e adolescentes atingidos pela violência sexual é uma situação que merece uma cuidadosa investigação.

A violência sexual se caracteriza como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, cuja finalidade seria estimular sexualmente a criança ou o adolescente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (Guerra, 1998). Nesse sentido, a violência sexual é um fenômeno complexo que pode ocorrer pelo abuso sexual, o qual inclui também a exploração sexual. (Brasil, 2013).

Azevedo e Guerra conceituam o abuso sexual como

todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança e ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração.



(2000, p.13).

As autoras ressaltam que o abuso sexual pode ser exercido por meio de inúmeras atividades:

sem contato físico, por exemplo: voyeurismo e cantadas obscenas; com contato físico implicando graus diferentes de intimidade que vão dos beijos, carícias nos órgãos sexuais até cópulas (oral, anal, vaginal); sem emprego de força física, mediante emprego de força física; heterossexual ou homossexual conforme os protagonistas sejam do mesmo sexo ou de sexo diferente. Isso significa que o agressor pode ser um adolescente, por exemplo, irmão mais velho. Além do que, o agressor pode atuar só ou com outros (Azevedo & Guerra, 2000, p. 9).

Esse tipo de violência pode se manifestar fora do ambiente familiar, mas é no espaço doméstico que há mais ocorrências sendo perpetradas por pessoas adultas e/ou adolescentes contra crianças. Os agressores mais frequentes são homens adultos próximos das crianças como: o pai, padrastos, responsáveis legais, irmãos, avós, tios e primos (Viodres Inoue, & Ristum, 2008). Eles abusam não só dos corpos das crianças e adolescentes sob sua tutela, responsabilidade ou que convivem com eles, mas abusam também “de sua confiança e/ou de seu poder em obter deles obediência, uma vez que há laços emocionais e hierarquias de poder legal, geracional ou de força física entre o agressor e o agredido” (Azevedo & Guerra, 2000, p.9).

Vale ainda destacar que há prevalência do abuso masculino doméstico contra crianças e adolescentes, especialmente contra as meninas no Brasil e no mundo, fato que se relaciona à construção e à manutenção de culturas patriarcalistas, patrimonialistas, sexistas e machistas que as objetalizam deixando-as vulneráveis aos desejos daqueles que deveriam protegê-las (Miranda, 2003). Essa situação pode ainda ser compreendida como um extrato simbólico que, em uma perspectiva psicanalítica revela como as estruturas inconscientes conduzem os afetos e distribui valores entre os personagens do cenário social (Almeida, 2004).

O abuso sexual ocorre ainda no espaço público, geralmente perpetrado por pessoas desconhecidas da criança e do adolescente e em espaços institucionais de educação, saúde, abrigo infantil, entre outros. Em todos estes espaços os adultos transgridem o seu poder e seu dever legal de proteção de crianças e adolescentes, conforme as legislações de cada país e dos acordos internacionais dos quais os países são signatários.





O mesmo ocorre em relação à exploração sexual sendo que nela, o elemento sexual se constituiu como um elemento de lucro, de valor e de troca. Por essa característica, ela é classificada em quatro modalidades: a pornografia, o turismo com fins sexuais, a prostituição e o tráfico para fins sexuais (OEA, 1998) e, ocorre por meio da chamada rede de exploração, isto é uma organização que envolve diferentes atores – familiares, agenciadores, profissionais da área de transportes, do trade turístico, entre outros – para atrair, capturar, negociar, vender e explorar sexualmente crianças e adolescentes (Santos & Ippolito, 2011).

É preciso também destacar que a violência sexual gera danos psicológicos, emocionais, físicos e/ou nas participações simbólicas e culturais das pessoas por ela atingidas (Michaud, 1989). Os sintomas mais comuns são pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo (Amazarray & Koller, 1998). Contudo, é preciso considerar que os danos não são apenas para as vítimas da violência sexual, mas podem atingir suas famílias e a sociedade, na medida em que geram problemas emocionais nos envolvidos, como o rompimento dos laços entre familiares, as separações, a culpabilização da vítima, entre outras situações (Xavier Filha, 2009), visto nessa perspectiva, a violência sexual é tratada hoje como um problema de saúde pública (OMS, 2002).

Schaefer, Rossetto e Kristensen (2012) apontam que o abuso sexual encontra-se na categoria mais comum de maus-tratos contra crianças e adolescentes, as quais também incluem abuso físico, abuso emocional e negligência. Tendo em vista a complexidade de situações envolvendo abuso sexual, Malgarim e Benetti (2010) destacaram a necessidade em definir o abuso sexual de modo claro e abrangente, assim, com essa preocupação a OMS (1999) se pronunciou sobre esse tema:

abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (WHO, 1999, p. 7).

A OMS destaca o aspecto relacional entre a criança e o adulto ou mesmo outra criança que, pela idade ou desenvolvimento situam-se em uma posição de responsabilidade, confiança ou poder, e têm intenção de satisfazer suas próprias



necessidades. Tais situações podem incluir atos coercivos de indução em atividades sexuais ilegais, prostituição e exploração pornográfica (OMS, 1999). Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) concordam que o abuso sexual infantojuvenil é um problema de saúde pública, tendo em vista o alto índice de incidência e seus impactos para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e de suas famílias.

Embora o Brasil tenha o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consubstanciado na Lei no. 8.069/1990, como marco legal de referência para as políticas dirigidas a essa parcela da população, pouco é pesquisado sobre o papel dos profissionais da educação em relação à violência sexual infantojuvenil. Portanto, investigar o papel do educador e sua formação para atuar na proteção da criança e do adolescente em relação à violência sexual é de importância capital, pois possibilita compreender melhor o tema e suas vicissitudes, além de auxiliar na elaboração de ações preventivas e protetivas para esse segmento da população.

Brino e Williams (2003) afirmam que a escola é um lugar importante para detecção e intervenção nos casos de abuso sexual infantil uma vez que, o agressor frequentemente se encontra na família, a criança e o adolescente precisarão de outros adultos de referência para contar nessas situações, assim, os educadores precisariam estar preparados para identificar, denunciar e acionar a rede de apoio social para crianças, adolescentes e suas famílias, uma vez que o silêncio dos profissionais da educação pode perpetuar o abuso e colaborar com a síndrome do segredo (Habigzang et al., 2006). De modo que a escola não se omita do seu papel de proteção, na identificação e na notificação de violência sexual (Viodres Inoue & Ristum, 2008).

Assim, com o propósito de contribuir com o conhecimento sobre a formação de profissionais de educação no campo da violência sexual contra crianças e adolescentes, esse estudo pretendeu identificar e analisar a produção científica dos últimos 15 anos e apontar como a literatura aborda essa temática. É preciso, portanto, explicitar que no espaço escolar podem ser identificados os primeiros sinais de que a criança e/ou o adolescente encontra-se em situação de violência sexual. No entanto, segundo Volette (2012), a reação dos profissionais da educação frente a um estudante vítima de violência sexual, pode ir do silêncio a atitudes extremistas de superenvolvimento. A autora destaca ainda, que essas reações colocam a criança e o adolescente em situação de maior vulnerabilidade, pois pode acarretar em um silêncio definitivo da vítima ou mesmo de um aumento da violência, o que fortalece a conduta abusiva do agressor.



Por isso mesmo, vale a pena destacar que, a formação de profissionais da educação no campo da violência sexual precisa levar em conta o impacto subjetivo para esses profissionais em relação a essa temática. Nesse sentido, Miranda, Brasil & Almeida (2014) apontam que a mobilização desses profissionais precisa ser considerada e acolhida na formação inicial e continuada, para que eles possam sustentar e acolher estudantes abusados sexualmente. Ribeiro & Costa (2007) enfatizam que esses profissionais precisarão lidar com as emoções que irão mobilizar sua relação com sua própria família e com sua história de vida, além de ameaçar o papel profissional tradicional.

A esse respeito, pode-se assinalar que essas formações precisam levar em conta evidentemente, o conhecimento formal sobre violência sexual para que os profissionais da educação a enxerguem e entendam essa manifestação de violência, mas, sobretudo que tenham espaços coletivos de fala, de troca de experiências e de reflexão (Almeida, 2011) sobre casos de abuso e de exploração sexual.

## **Método**

Nesse artigo é apresentada a produção acadêmica produzida sobre a formação de profissionais da educação na área da violência sexual infantojuvenil. Para tanto, foram revisados os trabalhos produzidos nos últimos 15 anos nas bases de dados SCIELO, ADOLEC, *Forum Qualitative Social Research* tendo sido adotados os seguintes descritores para a busca: violência sexual contra criança(s) e adolescente(s); violência sexual infantojuvenil; violência sexual na(s) escola(s); formação de professores e violência sexual; formação de profissionais da educação e violência sexual; enfrentamento da violência sexual na(s) escola(s).

Realizou-se consulta adicional ao Google acadêmico e ao Google na tentativa de localizar mais materiais, uma vez que foram poucas as pesquisas localizadas nas bases de dados consultadas. Ainda assim, entendemos poder haver outros materiais que não estão contemplados neste levantamento, por isso não temos a pretensão de considerá-lo completo.

A pesquisa ocorreu no período de agosto de 2013 a dezembro de 2014 e foi dividida em três fases em que foram encontrados 1.520 materiais, sendo que apenas 55 são relativos à formação de profissionais da educação na área do EVSIJ.

A análise do material seguiu três etapas sugeridas por Bardin (2002), as quais



serão apresentadas na seguinte ordem: I) Pré-análise: o material coletado passou por um processo de leitura. II) Exploração do material, nesta etapa o material foi classificado por categorias objetivando-se a identificação do núcleo de conteúdo. III) Tratamento dos resultados e discussão, etapa destinada à análise do conteúdo e classificação dos conteúdos temáticos divididos em: Políticas públicas de EVSIJ; Direitos humanos de crianças e adolescentes; Educação em sexualidade nas escolas; Pontos comuns das produções acadêmicas.

Na primeira etapa foi feita a seleção do material, foram excluídas as duplicações entre as bases de dados e elencados os trabalhos cujos resumos encaixavam-se ao tema de estudo proposto. Às vezes, houve discrepância entre os títulos dos trabalhos e seus resumos, o que nos levou a lê-los na íntegra para avaliá-los. Na segunda etapa, referente aos resultados, os materiais foram separados conforme o tipo de produção, bem como foram retiradas as suas categorias e identificados os seus núcleos de conteúdos. Na terceira etapa foi feita a discussão das produções.

## Resultados

Os resultados serão apresentados a seguir na forma de tabelas, as quais evidenciam as produções acadêmicas dos últimos 15 anos na temática da formação de professores na área de EVSIJ.

A primeira tabela mostra que o conhecimento dos materiais analisados provêm de programas de Pós-graduação *Stricto e Lato Sensu*, de Programas de Graduação, de revistas científicas, de livros, de capítulos de livros e apresentações em eventos científicos.

Os resultados evidenciam que a maioria das produções encontradas na área acadêmica se refere a artigos. Em seguida vêm as teses e as dissertações nas áreas de educação, educação ambiental, direito e sociologia, bem como uma monografia de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em terapia familiar. Depois os capítulos de livros e os livros seguidos de dois ensaios, um manual, um relato de experiência, uma resenha e um resumo expandido. E, as monografias de conclusão dos cursos de graduação em pedagogia, serviço social, ciências naturais e enfermagem.



Tabela 1: Conhecimento produzido conforme o tipo de produção e referências bibliográficas.

Modalidade	Referências bibliográficas	Produções	
		Nº	%
Artigos	Altmann, 2001; Amaral, 2011; Baptista et al, 2008; Brino & Williams, 2003; Brino & Williams, s/d; Costa et al, 2010; Dinis & Luz, 2007; Eyngi, 2013; Fagundes, 2014; Francischini & Neto, 2007; Furlan et al, 2011; Garbin et al, 2010; Goicoechea, 2011; Grisad & Rodrigues, 2012; Habigzang et al, 2006; Lírio, 2008; Machado & Bottoli, 2011; Maia, 2012; Nogueira et al, 2008; Pietro & Yunes, 2011; Ramiro & Matos, s/d; Rebolho, 2010; SG Murta et al., 2012; Siqueira et al., 2012; Vagostello et al, 2006; Vicentin e Valle, 2009; Viodres Inoue & Ristum, 2008; Williams et al., 2014.	28	50.90
Trabalhos de pós-graduação	Barros, 2010; Bretan, 2012; Lírio, 2013, Miranda, 2003; Pietro, 2007; Pietro, 2013, Rebolho, 2011; Silva, 2011; Vollet, 2012.	9	16.36
Capítulos de livros e livros	Brasil, 2008; Brasil, 2009; Mota & Rocha, 2008; Sanderson, 2000; Silva, 2007; UNESCO, 2007; UNESCO, 2013.	7	12.72
Outros	Groff & Strappazon, 2011; Lopes KC et al, 2008; Miranda, Brasil & Almeida, 2014; Poletto et al, 2013; Silva, 2007; Silva et al, 2013.	6	10.90
Monografias de graduação	Amorim, 2009; Chaveiro, 2011; Elias, 2010; Portes, 2013; Silva, 2013	5	9.09
Total		55	100

Fonte: Bases de dados on-line CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, Forum Qualitative Social Research, Google acadêmico e Google (2013-2014).



Nesta segunda etapa também foram retiradas as categorias e identificados os núcleos de conteúdos que revelaram a população alvo das produções; a condição socioeconômica de crianças e adolescentes nas produções; as expressões de violência sexual tratadas nas produções; os profissionais da área educacional presentes nas produções, as ações indicadas aos profissionais da educação diante da violência sexual pelos autores das produções. A seguir são apresentados os referidos núcleos de conteúdos.

O primeiro núcleo de conteúdo é o da população alvo das produções, representado na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: População alvo das produções.

População alvo	Produção	
	Nº	%
Crianças	20	36.36
Adolescentes	7	12.72
Crianças e adolescentes	28	50.90
Total	55	100

Fonte: Bases de dados on-line CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, Forum Qualitative Social Research, Google acadêmico e Google (2013-2014).

Na tabela 2, predominam os trabalhos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes que informam os possíveis danos e consequências da violência em foco sem haver preocupação com questões específicas relativas à infância e à adolescência (Altmann, 2001; Pietro, 2007). Em seguida identificam-se os trabalhos da violência sexual contra crianças, em que os autores demonstram preocupação com o impacto dessa violência sobre o desenvolvimento infantil (Elias, 2010; Sanderson, 2000; Silva et al., 2013) e, por último aparecem as produções específicas para o segmento da população adolescente (Dinis & Luz, 2007; Fagundes, 2014). Uma dessas produções aborda de forma indistinta tal população sem distinção de gênero; quatro se estendem aos/às jovens que frequentam a escola, isto é às pessoas maiores de 18 anos; e duas referem-se às adolescentes.

Nota-se que na tabela acima, o maior foco das produções específicas sobre crianças se refere a sua proteção, enquanto que o das produções sobre adolescentes



se relaciona a educação sexual. Nessas últimas, os trabalhos privilegiam a prevenção ao abuso sexual, às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez, bem como o empoderamento das adolescentes, jovens e mulheres no que se refere à sua sexualidade.

O segundo núcleo de conteúdo é sobre a situação socioeconômica da população tratada nas produções e encontra-se representada na próxima tabela. É interessante observar nos dados a seguir que 85.45% dos trabalhos não fazem distinção sócioeconômica da população estudada. Sendo que 7.27% evidenciam as crianças e adolescentes que vivem em situação de risco, 5.45% em situação de vulnerabilidade e 1.81% em situação de pobreza e miséria.

Tabela 3: Condição socioeconômica de crianças e adolescentes nas produções

Condição socioeconômica	Produções	
	Nº	%
Situação de risco	4	7.27
Situação de vulnerabilidade(s)	3	5.45
Pobreza, miséria e drogas, entre outros	1	1.81
Sem distinção de condição socioeconômica	47	85.45
Total:	55	100

Fonte: Bases de dados on-line CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, Forum Qualitative Social Research, Google acadêmico e Google (2013-2014).

Apenas dois trabalhos aprofundam as condições de vida de sua população alvo, um deles expõe que as crianças e os adolescentes de classes sociais mais baixas se encontram em situação de vulnerabilidade (Bretan, 2012) e, outro chama a atenção para a pobreza, a miséria e o uso abusivo de drogas, como causadores da exploração sexual de crianças e adolescentes (Rebolho, 2011).

Apesar de poucos trabalhos evidenciarem a situação socioeconômica da população de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, entende-se que esse é um importante fator a ser levado em consideração pelos pesquisadores, pois



desse modo, as pesquisas podem auxiliar na identificação das populações mais vulneráveis e com isso contribuir com a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Outro núcleo de conteúdo levantado foi aquele relativo às expressões de violência sexual presentes nas produções analisadas. São 9, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Expressões de violência sexual tratadas nas produções.

Expressão de violência sexual	Produções	
	Nº	%
Abuso sexual infantil e/ou juvenil	23	41.81
Assédio sexual infantojuvenil	1	1.81
Violência sexual infantojuvenil	14	25.45
Exploração sexual infantojuvenil	5	9.09
Violência sexual doméstica	9	16.36
Violência sexual das escolas	3	5.45
Total:	55	100

Fonte: Bases de dados on-line CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, Forum Qualitative Social Research, Google acadêmico e Google (2013-2014).

O abuso sexual infantil e/ou juvenil soma 41.81% das produções sendo, portanto, a maioria delas. É seguido pela violência sexual infantojuvenil que soma 25.45% dos trabalhos. O termo violência sexual se refere ao binômio, abuso e exploração sexual, contudo, observamos que dos 14 trabalhos que utilizam o termo violência sexual, 13 tratam apenas do abuso sexual. Essa situação mostra que os termos violência sexual e abuso sexual são utilizados nessas publicações como sinônimos. Nessa perspectiva, evidencia-se uma redução em relação à compreensão de violência sexual pelos pesquisadores, pois como apontado por Guerra (1998) e Brasil (2013), a violência sexual engloba o abuso e a exploração sexual.

A exploração sexual infantojuvenil representa cinco destas produções (Brasil, 2008; Lírio, 2008; Miranda, Brasil, & Almeida, 2014; Rebolho, 2010; Silva, 2013). Nelas





são citadas uma ou mais formas de se explorar sexualmente crianças e adolescentes, seja por meio da exploração sexual comercial; da exploração sexual no turismo, do trabalho infantil, no tráfico de seres humanos, na prostituição infantil e juvenil e/ou da pornografia. Cada uma dessas formas de exploração sexual tem contornos próprios, mas que não foram desenvolvidas pelos pesquisadores nas publicações.

Identificam-se nove produções que tratam da violência sexual doméstica (Amaral, 2011; Barros, 2010, Furlan et al., 2011; Lírio, 2008; Machado & Bottoli, 2011; Miranda, 2003; Mota & Rocha, 2008; Vagostello et al., 2006; Vicentin & Valle, 2009), sendo que em uma delas é apontada a violência sexual realizada por familiares ou outras pessoas próximas à criança e/ou ao adolescente (Vicentin & Valle, 2009).

Três produções tratam do abuso sexual nas escolas (Eyngi, 2013; UNESCO, 2007, UNESCO, 2013). Elas apresentam a ocorrência de estupros, do *bullying* homofóbico e da violência sexual que ocorre especialmente contra as meninas no espaço escolar e no trajeto para as escolas.

É preciso sublinhar o baixo número de produções sobre a formação profissional para o enfrentamento da violência sexual que ocorre nas escolas, o que demonstra a urgência da ampliação de pesquisas na área, uma vez que os atores escolares também podem cometer violência sexual.

O próximo núcleo de conteúdo é o dos profissionais da área educacional de que tratam as produções. São 13, conforme a tabela 5.

A tabela 5 mostra que 29 produções (40.85%) recomendam que apenas os professores sejam formados para enfrentar a violência sexual infantojuvenil. Outras 19 (26.76%) alertam para a importância de que todos os profissionais da educação tenham essa formação. Alguns pesquisadores chamam a atenção ainda, para o papel dos gestores (4 ou 7.27% das produções), do pessoal da administração escolar (2 ou 3.63% das produções) e da equipe pedagógica (5 ou 9.09% das produções), para que esses também recebam uma formação para o EVSIJ.

Nesses termos, 12 produções (21.81%) tratam da formação dos profissionais da educação junto às redes de proteção infantojuvenis escolares, isto é junto a outros profissionais que atendem crianças, adolescentes vítimas de violências. O atendimento em rede, conforme o ECA (1990), pelo Sistema de Garantia de Direitos faz-se necessário, pois os danos que atingem as vítimas de violência são múltiplos, o que impõe a necessidade de atendimentos multiprofissionais para esse segmento da



população.

Tabela 5: Profissionais da área educacional presentes nas produções.

Profissionais	Produções	
	Nº	%
Profissionais da educação	19	26.76
Professores	29	40.85
Profissionais gestão escolar	4	7.27
Administração escolar	2	3.63
Equipe pedagógica	5	9.09
Profissionais da rede de proteção ou atendimento infantojuvenil	12	21.81
Total de profissionais da educação (um ou mais citados nas produções):	71	100

Fonte: Bases de dados on-line CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, Forum Qualitative Social Research, Google acadêmico e Google (2013-2014).

É preocupante verificar que a maioria das produções designa apenas ao professor a responsabilidade pelo EVSIJ, quando as diretrizes nacionais (Brasil, 2013; ECA, 1990) indicam que o respectivo enfrentamento deve ser feito em rede, uma vez que as notificações de suspeitas de casos ou de casos confirmados de VSIJ devem ser feitas em nome da escola (Santos & Ippolito, 2011) e não de apenas um profissional, devido à complexidade do abuso e da exploração sexual, bem como para resguardar os profissionais da educação de se exporem à possíveis violências, ameaças e assédios de abusadores.

A tabela 6 trata das terminologias utilizadas para tratar da formação de profissionais da área educacional.

Sobre a formação inicial de profissionais da área educacional – isto é, nas licenciaturas e nas graduações em Pedagogia – apenas quatro (7.27%) produções tratam do EVSIJ. Três afirmando que o assunto não é incluído nas licenciaturas e uma



que o assunto é pouco tratado nos currículos dos cursos superiores.

Tabela 6: Termos utilizados para a formação inicial e continuada de profissionais da área educacional

Termos utilizados	Produções	
	Nº	%
Formação inicial	4	7.27
Formação continuada	51	92.72
Total:	55	100

Fonte: Bases de dados on-line CAPES Periódicos, SCIELO, ADOLEC, Forum Qualitative Social Research, Google acadêmico e Google (2013-2014).

Na maioria das produções (92.72%) argumenta-se em favor da formação continuada para o EVSIJ. No entanto, em nenhuma delas é explicitada se existiria uma especificidade nessa formação. Vale dizer ainda que entre essas publicações, utilizam-se concomitantemente as terminologias formação, capacitação, preparação, qualificação e/ou treinamento, sem distinção conceitual entre os termos. Essas diversas terminologias usadas nas produções para abordar a formação de profissionais da educação, indica a ausência de diferenciações teórica e metodológicas entre esses termos. Segundo Freire (1983), o termo 'formação' se insere no sentido oposto ao de 'capacitação' e ao de 'treinamento profissional', o autor precisa, que a formação visa tanto o desenvolvimento profissional quanto uma prática educativa reflexiva e libertadora, em contrapartida, a capacitação e o treinamento visam à assimilação de conteúdos.

O último núcleo de conteúdo que será apresentado é o das ações que os profissionais da educação devem assumir diante de suspeitas ou de casos identificados de VSIJ nas escolas. Em todas as produções foram indicadas uma ou mais ações a serem executadas pelos profissionais da educação. Em 12 publicações foram identificadas ações recomendadas dirigidas a esses profissionais, as quais visam à prevenção da violência sexual por meio da abordagem do tema na escola, na busca da conscientização dos estudantes sobre seus direitos. Nesse contexto, chama atenção o trabalho de Bretan (2012), o autor indica que a prevenção deve ser feita também no ambiente virtual, por meio do uso de tecnologias de informação e



comunicação, tendo em vista que esse é um espaço familiar para crianças e adolescentes.

A formação dos profissionais da educação no campo da VSIJ é sugerida em nove produções, os autores sinalizam que esses profissionais possam identificar marcas físicas e mudanças comportamentais, com o intuito de identificar precocemente o abuso e/ou exploração sexual nos alunos e, para que estejam aptos a realizar uma intervenção no contexto da rede de proteção e de defesa dos direitos infantojuvenil.

A notificação de suspeita ou de caso confirmado de violência sexual à rede de proteção infantojuvenil é indicada em nove documentos, sendo que Siqueira et al. (2012), mostram que o impasse dos profissionais da educação diante da notificação é um dilema bioético, isto é, é uma questão ética em relação a qual os profissionais da educação têm que se posicionar, uma vez que o que está em risco é a saúde de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade (ECA, 1990).

Com efeito, não basta encaminhar os casos em questão à rede de proteção infantojuvenil, é necessário que esses profissionais também saibam acolher, defender e atender as crianças e os adolescentes abusados, bem como, manejar a situação e lidar com a família do estudante abusado.

Em três trabalhos foi identificado o termo combater a violência sexual infantojuvenil. Esse termo está sendo questionado há algum tempo (Brasil, 2013; Miranda, 2003), por colocar os profissionais da rede de proteção com o foco de enfrentar o abusador sexual, ao invés de promover intervenções voltadas para o acolhimento da pessoa abusada; ofertar tratamento a ela, mas também à sua família e ao abusador.

Na terceira e última etapa se caracteriza pela discussão realizada a partir do tratamento qualitativo em categorias temáticas sobre a formação de profissionais da educação na área da VSIJ e o modo como essa temática foi abordada nas publicações pesquisadas.

## **Discussão**

As categorias a seguir foram selecionadas a partir das temáticas ressaltadas nas produções analisadas. São elas: *Políticas Públicas de EVSIJ*; *Direitos humanos de crianças e adolescentes*; *Educação em sexualidade nas escolas*. Ainda inserimos um



quarto quesito, *Pontos comuns das produções acadêmicas*, com a finalidade de articular as três categorias levantadas.

#### *I - Políticas públicas de EVSIJ*

O tema das políticas públicas em relação à violência sexual infantojuvenil foi recorrente nas publicações pesquisadas, mas embora relevante, o tratamento do tema em formações de profissionais da educação – e de outras categorias profissionais – é recente no Brasil e no mundo. Ele começou a ser abordado par e passo com o movimento mundial em prol da proteção integral da infância e da adolescência iniciado com a Declaração de Direitos da Criança de 1959 e teve os seus últimos encaminhamentos no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e adolescentes, realizado no Brasil em 2008.

Neste último encontro, 192 países se comprometeram com a proteção global de crianças e adolescentes, tendo pactuado diversas ações políticas, entre elas, ofertar formações aos profissionais da educação para o EVSIJ. Na revisão feita, identificamos apenas produções relativas à política brasileira na área.

Dinis e Luz (2007) e Altmann (2001) referem-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) para argumentar a favor da educação sexual nas escolas. Miranda, Brasil e Almeida (2014) e Lírio, (2013) referem-se ao PNEVSCCA no sentido de observá-lo e verificar se está sendo cumprido, respectivamente. Há um estudo descritivo avaliativo da formação do PAIR em Feira de Santana (Costa et al., 2010) e uma referência histórica ao Programa também em Lírio (2008). Baptista et al. (2008) aborda a formação do Programa SENTINELA. Chaveiro (2011) recomenda que as escolas implementem o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, desenvolvido em parceria entre os Ministério da Educação e da Saúde e articulado às Secretarias de Educação para dar formação ao profissional da educação para o enfrentamento das violências que se manifestam na escola, inclusive a sexual. e.

Amorim (2009) analisa o *Guia para a formação de profissionais da saúde e educação* (Brasil, 2006) o que é um material elaborado em formato de curso a ser ministrado por meio de oficinas multiprofissionais. Ele avaliou que é um material educativo importante para colaborar com a educação sexual juvenil nas escolas por meio do trabalho intersetorial entre profissionais da saúde e da educação.

Sobre o Programa Escola que Protege (EqP) há o livro de referência (Brasil,



2008), um artigo (Lírio, 2008) que trata das atividades presenciais da formação ministrada nos municípios de Boa Vista e Pacaraima no estado de Roraima indicando o que foi bom, o que faltou e o que precisava ser feito após a formação em prol do EVSIJ. Mais tarde, Lírio (2013) investigou o impacto da implementação da política de EVSIJ em escolas públicas de ensino fundamental do bairro Guamá em Belém do Pará concluindo, entre outros, que a referida política não foi implementada naquelas escolas, embora os profissionais da educação tenham recebido formação do EqP. Francischini & Neto (2007) tratam do curso EqP ofertado pioneiramente em Natal em 2006 ressaltando a necessidade de “sensibilizar as escolas e demais entidades educacionais a participarem do Sistema de Garantia de Direitos” (2007, p.250) para o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. Williams et al. (2014) escreveram sobre o impacto positivo na escola e na comunidade dos encontros do EqP no que se refere à prevenção do abuso sexual infantil.

O ensaio encontrado (Groff & Strappazon, 2011) trata da experiência dos autores como professores-tutores no curso de especialização à distância intitulado *A Gestão do Cuidado para uma Escola que Protege*. m No trabalho, é avaliada como positiva a interação no espaço virtual que, a princípio consideraram que seria difícil para tratar da temática do curso presencial. Destacaram que trataram os conteúdos do curso a partir de um laço de cuidado e afeto com os cursistas. Notaram que alguns se transformaram se engajando no EVSIJ. O texto não dá informações detalhadas da formação.

Há também um manual (Poletto et al., 2013) que foi elaborado como material de apoio à formação do EqP ofertada pelo Centro de Estudos Psicológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O material foi distribuído em escolas do Rio Grande do Sul e distribuído virtualmente para profissionais inscritos ou não no curso.

O livro de referência da formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais (Brasil, 2009), ação que compõe a política brasileira de enfrentamento às violências, foi o último material governamental encontrado. Nele são apresentados os elementos sócio-históricos-culturais que construíram as hierarquias de gênero na sociedade brasileira, no intuito de que os professores compreendam que as desigualdades entre homens e mulheres e a violência deles contra elas não são naturais e, por isso podem ser desconstruídas, especialmente por meio de uma educação escolar não sexista.



Silva et al. (2013) sugerem que a escola reflita sobre as políticas públicas ao pensar na função da escola e na ação docente frente ao EVSIJ. Já Furlan et al. (2011) destacam que os profissionais da educação não estão preparados para enfrentar a violência em questão e lembra que há políticas públicas de capacitação de profissionais na área que devem ser procuradas. Grisad & Rodrigues (2012) observaram em seu artigo que não há políticas públicas para identificar e combater a violência sexual infantil na rede pública da região estudada.

## *II - Direitos humanos de crianças e adolescentes*

Na linha dos direitos humanos e visando a educação para todos, a UNESCO (2013) propõe uma abordagem multissetorial para ‘combater’ a violência sexual expressa pela discriminação de gênero e pelo *bullying* homofóbico. Nesse material são propostas estratégias de abordagem contra o abuso físico e sexual nas escolas; a garantia da segurança das meninas na ida para a escola e na volta da escola; a formação de professores para a igualdade de gênero, mas também, a oferta de “formação inicial e continuada no próprio local de trabalho sobre as competências necessárias para lidar com o *bullying* em geral e (...) com o *bullying* homofóbico” (p. 27) e a conscientização “dos gestores educacionais, diretores escolares, professores, pais e comunidades sobre o problema” (p. 27).

Na dissertação de Miranda (2003), profissionais da educação dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal e outros profissionais da rede de proteção infantojuvenil daquela região afirmaram que, por um lado, a escola é um espaço privilegiado para a identificação de casos de violência doméstica, por causa do encontro cotidiano entre os educandos e os profissionais da educação; da natureza das atividades escolares que suscitam ou permitem o relato desses casos; da observação diária das crianças que possibilita notar alterações no seu comportamento, humor, desenvolvimento cognitivo e lesões físicas. Mas, por outro lado, colocaram que não basta os profissionais da educação estarem nesses espaços para enfrentarem a VDCCA, é ainda necessário serem sensíveis à questão, terem acesso à formação na área e estarem atentos para identificá-la, do contrário poderão não enxergá-la ou mesmo se omitir diante de casos desta natureza.

No mesmo sentido, em pesquisas feitas junto a profissionais de educação da educação básica de escolas públicas e particulares de várias regiões brasileiras (Amaral, 2011; Amorim, 2009; Brino, 2003; Brino & Williams, 2003; Chaveiro, 2011;



Elias, 2010; Furlan et al., 2011; Garbin et al., 2010; Grisad & Rodrigues, 2012; Machado & Bottoli, 2011; Portes, 2013; Rebolho, 2011; Silva, 2011; Silva et al., 2013; Silva, 2013) e do exterior (Goicoechea, 2011; M. Gapar de Matos et al., 2009; Ramiro & Matos, s/d) constatou-se que o papel da escola na identificação de crianças abusadas sexualmente no âmbito doméstico ou fora dele, é extremamente relevante, mas que a ausência, a ineficiência e a deficiência das formações inicial e continuada recebidas, bem como a falta de apoio aos profissionais da educação têm provocado incertezas, apreensões, erros no ato de notificar e mesmo negligência, o que não garante os direitos humanos infantojuvenis (Siqueira et al., 2012).

Entende-se que é importante contar com o psicólogo no ambiente escolar para auxiliar e dar suporte aos demais profissionais da educação que lidam com casos de violência doméstica (Machado & Bottoli, 2011) e que, muitas vezes, sofrem psiquicamente pela mobilização subjetiva desse encontro com a violência (Miranda et al, 2014). Em relação ao incesto pai-filha sugere-se o acompanhamento psicológico da vítima, de sua família e dos profissionais da rede de proteção infantojuvenil que lidam com esta situação, pois ela impacta na saúde física e mental de todos (Vicentin & Valle, 2009).

Estudos relativos à rede de proteção infantojuvenil confirmam a necessidade de capacitar os profissionais que atendem crianças e adolescentes para que sejam feitas intervenções adequadas e, de fato, em rede (Barros, 2010; Eyngi, 2013; Habigzang et al., 2006; Pietro & Yunes, 2011).

### *III - Educação em sexualidade nas escolas*

Outros trabalhos apontam para a importância da educação, especialmente da educação em sexualidade nas escolas para superar o sexismo, prevenir a violência sexual e promover os direitos sexuais e reprodutivos (Altmann, 2001; Bretan, 2012; Brino, s/d; Dinis & Luz, 2007; Fagundes, 2014; Maia, 2012; Nogueira, 2008; Rebolho, 2011; S.G. Murta et al, 2012; Silva et al., 2009).

É preciso destacar que alguns materiais didáticos direcionados para as diversas fases do desenvolvimento sexual infantojuvenil fazem referências à VSIJ. Silva et al. (2007) aborda a sexualidade na infância afirmando que o trabalho de orientação sexual nas escolas é central para a prevenção da violência sexual e que os profissionais da educação e as famílias devem conhecer as suas “várias formas de manifestação, abordar e proteger a identidade da criança, os modos de identificar essa





ocorrência, e entender as possíveis conseqüências desta violência” (p.277).

Porém abordar a sexualidade na escola e ir além da prevenção da violência sexual, nesse sentido, Mota & Rocha (2008) elaboraram um livro que pretende ser um material de apoio ao trabalho dos profissionais da educação na abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes fazendo recomendações e sugerindo materiais educativos a eles. A violência sexual é apresentada como um dos fatores que impedem a efetivação desses direitos. As autoras também chamam atenção para o fato de que os meninos também são alvo de abuso sexual, o que é importantíssimo destacar, pois a maioria dos materiais trata somente do abuso sexual feminino.

Embora muitos dos materiais analisados afirmem que “são inúmeras as pistas indicadas pelas crianças e adolescentes vítimas de violências, que podem levar o educador a suspeitar do problema” (Assis, 1994, p.23), como não há um comportamento padrão para a vítima de violência se expressar, a formação profissional é, por isso, também, fundamental.

Com efeito, apesar das diferenças teóricas entre os conceitos de capacitação, treinamento e formação profissional, na literatura encontrada na área de formação de profissionais da educação no contexto da VSIJ não se identifica muita preocupação dos autores em explicá-las. Na maioria dos materiais, os autores fazem citações diretas desses termos nos seus textos indicando o seu posicionamento teórico ou chegam mesmo a utilizar mais de um desses termos indistintamente em um mesmo trabalho.

Destoando das demais produções acadêmicas, o livro de Sanderson (2000) visa capacitar pais e professores na área da violência sexual infantil ensinando-os a reconhecer os sinais desta expressão de violência em crianças e a distinguir o desenvolvimento sexual infantil ‘normal’ do ‘atípico’ e denominando a violência sexual infantil de pedofilia, termo questionado na área de estudo atualmente. É um material detalhado e rico, porém instrucional ou prescritivo.

#### *IV - Pontos comuns das produções acadêmicas*

As produções científicas mostram que cabe aos profissionais da educação realizar ações de prevenção à VSCCA, de notificação aos órgãos responsáveis de suspeita de casos ou de casos de violência identificados nas escolas e de acompanhamento, junto à rede de proteção infantojuvenil dos estudantes abusados



sexualmente, tais ações são deveres inscritos em legislações, documentos, planos e projetos de países comprometidos com o EVSIJ.

Os deveres legais e os argumentos dos materiais encontrados relativos à prevenção baseiam-se na concepção de que a educação escolar, por meio de atividades pedagógicas variadas e condizentes com a idade e o desenvolvimento do escolar, é capaz de provocar reflexões críticas nos estudantes impulsionando-os a transformar a realidade em que vivem.

No caso do EVSIJ, o que se pretende por meio de uma educação reflexiva, crítica e transformadora é: superar o sexismo, construir relações sociais mais justas, igualitárias e pacíficas entre homens e mulheres, respeitar e reconhecer a diversidade sexual; promover os direitos humanos; estimular a participação, o protagonismo em torno dos direitos sexuais infantojuvenis. Neste sentido, a formação é para que o profissional da educação não só se aproprie de conhecimentos na área da VSCCA, mas que também sensibilizem seus estudantes para que contribuam para a construção de relações mais justas entre homens e mulheres. Nota-se que as pretensões citadas são norteadas por teorias dos campos de estudo da violência doméstica, da violência nas escolas, da educação em direitos humanos de gênero e da educação em sexualidade ou educação sexual.

A orientação para a notificação de suspeitas ou de casos confirmados de VSCCA identificados nas escolas, bem como a articulação das escolas com redes de proteção infantojuvenis, deve-se à necessidade de uma intervenção interinstitucional e multiprofissional nesse campo. Esse entendimento é oriundo da Doutrina de Proteção Integral que solicita a organização do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes para protegê-los, entre outros, de situações de violência. A Doutrina de Proteção Integral está inscrita em tratados internacionais e legislações nacionais e reforçada pela importância que os materiais analisados dão ao trabalho em rede. O acompanhamento em rede de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual também é solicitado em lei, no entanto, não encontramos nenhum registro nos materiais analisados de como ele é feito nas escolas.

Por fim, a VSIJ é uma violação de direitos humanos que pode provocar danos graves às pessoas por ela atingidas, por isso, todos os materiais dos órgãos e instituições de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, indicaram a necessidade de formação de profissionais da educação para enfrentá-la.



## Considerações

A formação de profissionais da educação na área da violência sexual contra crianças e adolescentes é um campo de estudo de suma importância para que os direitos humanos infantojuvenis sejam protegidos e garantidos. Não só porque os profissionais da educação podem identificar casos de violência sexual entre os estudantes, mas, sobretudo porque podem desenvolver atividades pedagógicas que colaborem para a prevenção da ocorrência desta expressão de violência.

Apesar da importância unânime dada a essas formações e do engajamento de diversos países em torno do EVSIJ, há poucas pesquisas sobre o assunto, tanto no Brasil quanto no exterior. Isto é preocupante já que muitas delas fazem parte de pactos políticos internacionais traçados ao longo dos três Congressos Mundiais sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizados em Estocolmo em 1996, no Japão em 2001 e no Brasil em 2008, respectivamente e, portanto, enquanto políticas públicas, devem ser avaliadas, se for o caso, remodeladas e fiscalizadas, uma vez que são financiadas com dinheiro público que deve ser aplicado de forma eficaz e eficiente.

Pesquisas nessa área também podem colaborar para o entendimento da articulação entre ONGs e governos para a oferta das formações em foco, bem como da participação financeira e pedagógica de cada um destes atores nestas formações.

Todos os materiais analisados nesse trabalho indicaram a necessidade da formação inicial e/ou continuada de profissionais da educação para o EVSIJ seja na rede escolar ou junto à rede local de proteção infantojuvenil.

Concordamos com o posicionamento dos autores, porém é necessário pontuarmos dois problemas concernentes às formações inicial e continuada para o EVSIJ. O primeiro é de ordem político-pedagógica, pois atualmente, como visto, a abordagem da VSCCA fica a cargo da formação continuada, o que é insuficiente para a formação de profissionais da educação, já que ela tem se circunscrito a apresentar-lhes o problema social em foco sem, no entanto, um aprofundamento na complexidade da temática e sem que nem todos têm acesso a ela. O que pode transformar essa realidade é a inserção legal da temática nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas, reivindicação já feita, no Brasil, ao Congresso Nacional, pelos movimentos sociais voltados para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.



O segundo ponto que merece destaque é de ordem teórico-metodológica. É preciso que a academia avance no debate em torno da formação continuada na área do EVSIJ. Inicialmente, definindo sobre qual formação se fala e, em seguida as avaliando, refletindo sobre sua didática, seus avanços e desafios, compartilhando conhecimentos teóricos e práticos.

Como colocado anteriormente, essa é uma questão sensível e, mesmo um tabu para profissionais da educação, portanto não basta que os conhecimentos teóricos sobre VSIJ sejam repassados nas formações continuadas aos profissionais da educação, é necessário que seja ofertado ao professor e um espaço de troca entre os pares, que lhes permita expressar suas dúvidas, angústias e dificuldades diante do tema, bem como trocar experiências e conhecimentos sobre o assunto.

Entendemos que esse espaço de fala é um espaço de acolhimento ao profissional da educação que pode se desdobrar em espaço de escuta e acolhimento aos estudantes, crianças e adolescentes violentados sexualmente ou que estão em risco diante dessa manifestação de violência tão cruel.

## Referências

- Almeida, S. F. C. (2011). Dispositivos clínicos de orientação psicanalítica na formação de professores: entre o cuidado, o ensino e a transmissão. In S. F. C. Almeida, & M. C. M. Kupfer (Orgs.), *A psicanálise e o trabalho com a criança sujeito: no avesso do especialista*, (pp. 27-44). Rio de Janeiro: Wak Editora.
- Almeida, T. M.C. (2004). As raízes da violência na sociedade patriarcal. *Sociedade e Estado*, Brasília, 19(1), 235-243.
- Altmann, H. (2001). Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Estudos Feministas*, 2(9), 575-585.
- Amaral, L. R. O. G. (2001). Compreendendo a violência intrafamiliar contra a criança: reflexões sobre atuação e formação. In *Actas do congresso nacional de psicologia escolar e educacional na Universidade estadual de Maringá*. Maringá, Paraná. [CdRom]
- Amorim, J. B. (2009). *Educação Sexual no Âmbito Escolar: Análise do discurso presente em um material educativo para a formação de profissionais de saúde e educação* (Trabalho de conclusão do curso). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no



- desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Reflexão e crítica*, 11(3), 559-578.
- Assis, S. G. (1994). *Crescer sem violência um desafio para educadores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. (2000). *LACRI*. São Paulo: Instituto de psicologia social.
- Baptista R. S., et al. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paul Enferm*, 21(4), 602-608.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda.
- Barros, D. P. M. (2010). *O abuso sexual e a violência intrafamiliar: o papel social do estado e da família perante menores de 18 anos*. (Monografia de pós-graduação em terapia familiar) Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil.
- Brasil. (2008). *Escola que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: MEC, SECAD.
- Brasil. (2009). *Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais: Sexualidade e Orientação Sexual*. Brasília: MEC: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
- Brasil. (2006). *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde.
- Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental.
- Brasil. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília: SDH.
- Bretan, M. E. A. N. (2012). *Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da informação e comunicação: elementos para a prevenção vitimal*. São Paulo. (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.
- Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (S/D). *Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil*.
- Chaveiro, L. G. (2011). *A temática da sexualidade no contexto escolar: diagnóstico situacional da região Leste de Goiânia*. Goiânia. (Trabalho de conclusão de curso em Enfermagem). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.



- Costa, M. C. O. et al. (2010). Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (2), 563-574.
- Dinis, N. & Luz, A. A. (2007). *Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. Educar*, 30, 77-87.
- Elias, R. J. (2010). *Violência sexual infantil: dificuldades e possibilidades no trabalho do professor. Santa Catarina. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Santa Catarina, Brasil.*
- Eyngi, A. M. (2013). Direitos humanos e violência nas escolas: desafios do trabalho em rede. *Revista Portuguesa de Educação*, 26(2), 245-266.
- Groff, A. R., & Strappazon, A. L. (2011). Formação de educadores/as na temática das violências: uma estética das possibilidades. In A. M. B.Sousa & I. B. Barbosa (Orgs.). *Cuidar da educação, cuidar da vida* (pp. 155-163). Florianópolis: UFSC-CED-NUVIC.
- Fagot, B. I. et. al. (1989). Comparison of the play behaviors of sexually abused, physically abused and nonabused preschool children. *Topics in early childhood special education*, 9(2), 88-100.
- Fagundes, T. C. P. C. (2014). Sexualidade, gênero e poder – educação numa perspectiva emancipatória. *Revista Espaço Acadêmico*, 154, p. 1-17.
- Franchischini, R. & Neto, M. O. de S. (2007). Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 19(1), 243-252.
- Freire, P. (1983). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furlan, F., et al. (2011). Violência sexual infantil: a dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. *Vivências*, 7(13), 198-208.
- Garbin, C. A. S. et al. (2010). Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. *Educar em Revista*, 2, 207-216.
- Goicoechea, P. H. (2011). *Training professionals – An essential strategy for eradicating child sexual abuse. Protecting children from sexual violence – A comprehensive approach.*
- Grisard, E. & Rodrigues, B. (2012). Percepções de educadores sobre a violência sexual infantil em São José. *Revista Virtual da PPG – USJ*, 1(2), 7-23.
- Habigzang et al. (2006). Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Psicologia: Reflexão e*



*Crítica*, 19 (3), 379-386.

- Habigzang, L. F. et al. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Lírio, F. C. (2013). *Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém/PA*. Belém. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil.
- Lírio, F. C. (2008). O papel da escola no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Roraima. In R. S. Oliveira (Org.), *Roraima em foco – pesquisas e apontamentos recentes* (pp. 7-21). Boa Vista: Editora da UFRR.
- Lopes K. C. et al. (2008). O abuso sexual e a inclusão momentânea. *Rev. Psicopedagogia*, 25(77), 132-138.
- Maia, A. C. B. et al. (2012). Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 17(1), 151-156.
- Malgarim, B. G. & Benetti, S. P. C. (2010). O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto ao traumatismo. *Aletheia*, 33, 123-137.
- Martins, R. (2007) *Abuso sexual e a escola: o público e o privado na gestão democrática das políticas públicas*. Salvador. (Dissertação de mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.
- Mota, A. & Rocha, R. (Orgs.). (2008). *Sexualidade na adolescência e escola*. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa.
- Machado, T. B. & Bottoli, C. (2011). Como os professores percebem a violência intrafamiliar. *Revista Barbarói*, 34, 38-59.
- Michaud, Y. (1989). *A violência*. São Paulo: Ed. Ática.
- Miranda, A. C. (2003). *De casa à escola: caminho fecundo para o enfrentamento à violência doméstica contra a criança*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Miranda, A. C., Brasil, K. C. T., & Almeida, S. F. (2014). Sofrimento psíquico de professoras frente ao abuso sexual infantojuvenil: entre a sensibilidade e o reconhecimento. In *Actas do II Congresso Nacional de Formação de Professores e XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores da Universidade Estadual Paulista*. Águas de Lindóia, SP. [Pen Drive]
- Nogueira, C., Saavedra, L., & Costa, C. (2008). (In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação





sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. *Pro-Posições*, 19(2), 59-79.

Organização das Nações Unidas, ONU. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança de 20 de novembro de 1989*. New York: UNICEF.

Organização dos Estados Americanos, OEA. (1998). *La protección de los Derechos de los Niños, Niñas y Adolescentes frente a la Violencia sexual*. INN/OEA.

Organização Mundial de Saúde, OMS. (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.

Pietro, A. T. (2007). *A denúncia do abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do ensino fundamental*. Rio Grande: FURG. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.

Pietro, A. T. (2013). *A ecologia da violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.

Pietro, A. T. P. & Yunes, M. A. M. (2011). A violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões imprescindíveis. In *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação* (pp. 132-145). Uruguaiana, RS: UNIPAMPA.

Poletto, M., De Souza, A. P. L. & Koller, S. H. (2013). *Direitos Humanos, prevenção à violência contra crianças e adolescentes e mediação de conflitos: manual de capacitação para educadores*. Porto Alegre: Editora IDEOGRAF.

Portes, M. M. (2013). *Sexo e sexualidade na formação de educadores*. (Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Ramiro, L. & Matos, M. G. (S/D) Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Rev Saúde Pública*. Portugal: Faculdade de motricidade humana.

Rebolho, A. C. F. (2010). Prostituição infantil e juvenil, do sexo feminino, no Brasil: a escola como agente de mudança de comportamento. *Revista Espaço Acadêmico*, 110, 89 – 96.

Rebolho, A. C. F. (2011). *Se essa rua fosse minha: concepções de gestores e professores de instituições escolares estaduais que convivem com a exploração sexual de menores*. Ribeirão Preto. (Dissertação de mestrado). Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil.

Ribeiro, R., & Costa, L. F. (2007). As emoções do profissional psicossocial frente à situação de abuso sexual infantil. *Estilos clínica*, 12(23), 130-147.

Sanderson, C. (2000). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para*





- proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M. Books.
- Santos, B. R. & Ippolito, R. (2011). *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR.
- Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psic.: Teor. E Pesq.*, 28(2), 227-234.
- S. G. Murta, et al. (2012). Direitos Sexuais e Reprodutivos na Escola. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 28(3), 335-344.
- Silva, M. C. P. (2007). *Sexualidade começa na infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, M. C. R. (2007). Desafios da orientação sexual na infância. *Avaliação Psicológica*, 6(2), 277-279.
- Silva, O. A. (2011). *Educação sexual no ensino de ciências: um estudo com foco nos professores*. Curitiba: UFPA. [Dissertação de mestrado, apresentada na Universidade Federal do Paraná]
- Silva, B. R. (2013). *Sobre sexualidade, adolescência e escola: uma proposta de intervenção*. Planaltina/DF: UnB. (Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em ciências naturais). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Silva, B. P. M., Motta, G. Z., & Suédina, B. R. R. (2013). Abuso sexual infantil: um olhar para a compreensão dos professores aos indicadores manifestados pela criança no espaço escolar. In *Acta do seminário da Universidade Estadual do Norte do Paraná*. [CdRom]
- Siqueira, A. C., et al. (2012). A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 62-71.
- United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization, Unesco. (2007). *A human rights-based approach to Education for All*. Brasília: UNESCO.
- United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization, Unesco. (2013). *Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico*. Brasília: UNESCO.
- United Nations International Children's Emergency Fund, Unicef. (1990). *A convenção sobre os direitos da criança*. Brasília: UNICEF.
- Vagostello et al. (2006). Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. *PSIC - Revista de Psicologia da Vetor*, 7(1), 87-94.
- Vicentin, S. C. & Valle, T. G. M. (2009). Relações familiares permeadas por violência sexual do pai contra a filha. In *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Viodres Inoue, S. R. & Ristum, M. (2008). Violência sexual: caracterização e análise de



casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 11-21.

- Vollett, M. R. (2012). *O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar*. (Tese de doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, Brasil.
- World Health Organization, WHO. (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: World Health Organization.
- Williams, L. C. A., et al. (2014). Capacitação de profissionais no Projeto Escola que Protege para a prevenção de abuso sexual. In L. C. A. Williams & L. F. Habigzang (Orgs.), *Crianças e adolescentes vítimas de violência: prevenção, avaliação e intervenção* (pp.13-29). Curitiba: Juruá.
- Xavier Filha, C. (2009) Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In P. R. C. Ribeiro, M. R. S. Silva, & S. V. G., *Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente* (pp. 85-103). Rio Grande: Editora da FURG.